



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

212

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO Nº 0103073-88.2010.8.17.0001 (0289104-7)**

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

EMBARGADO: Romildo Alves de Souza

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS EM FACE DE ACÓRDÃO. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. REJEITADOS OS EMBARGOS.**

Trata-se de embargos de declaração opostos em face do acórdão proferido nos autos do Recurso de Agravo n. 289104-7 (autos em apenso), que por unanimidade, negou provimento ao recurso.

Em suas razões recursais, o embargante sustenta que a decisão colegiada é omissa, pois não restou debatida a violação ao princípio da separação dos poderes, a afronta aos arts. 5º e 196 da CF/88, decorrente da imposição de fornecimento individualizado de medicamento não disponibilizado pelo SUS e a incompatibilidade da multa diária fixada pelo magistrado de primeiro grau.

Em decisão terminativa de fls. 148/150, mantida em todos os seus termos, no julgamento do Recurso de Agravo n. 289104-7, esta Relatoria manifestou-se sobre todos os pontos suscitados, conforme o descrito a seguir:

"Em primeiro lugar, ressalto que, no caso sub judice, existem elementos fáticos e normativos que comprovam que a decisão agravada não representa grave lesão aos interesses da parte apelante. No caso em tela, existe evidente lesão à parte apelada, pois a não realização do procedimento de implante de Esfíncter Urinário artificial AMS 800 prescrito pelo Urologista do HSE – Hospital dos Servidores do Estado (fls. 34/37), pode causar danos irreversíveis ao recorrido.

Vale ressaltar que o apelado, possui 78 anos de idade, e nos termos do art. 2º do Estatuto do idoso (Lei nº 10.741/2003) necessita de proteção especializada e diferenciada. Eis a redação do dispositivo: "Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a lei, assegurando-se-lhe, por lei ou outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade." Mesmo não constando no rol dos procedimentos cobertos pelo Plano de Saúde SASSEPE nada impede que seja fornecido ao cidadão necessitado o tratamento adequado para sua melhora, sendo pois dever do Ente Público e direito de todos a garantia à saúde e à vida, como exposto na Constituição Federal nos arts. 196 e 197.

Constatada a necessidade de realização do procedimento cirúrgico essencial a saúde do cidadão, como no caso em tela, cabe ao Estado prover as condições indispensáveis à plena efetivação da política nacional de assistência à saúde. Sobre a matéria, o Min. Celso de Melo concluiu que: "[...] a essencialidade do direito à saúde fez com que o legislador constituinte qualificasse como prestações de relevância pública as ações e serviços de saúde (CF, art. 197)", legitimando a atuação do Poder Judiciário nas hipóteses em que a Administração Pública descumpra o mandamento



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

---

constitucional em apreço. (AgR-RE N. 271.286-8/RS, Rel. Celso de Mello, DJ 12.09.2000)."

Os Embargos à declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão, ou seja, quando o juiz ou o tribunal tiver deixado de apreciar ponto sobre o qual deveria pronunciar-se.

Os embargos declaratórios não constituem o meio idôneo a elucidar seqüência de indagações acerca de pontos de fato; e nem se prestam para ver reexaminada a matéria de mérito ou tampouco para a aplicação de dispositivo legal ou ainda para obrigar o magistrado a renovar a fundamentação do decisório.

Inclusive nos casos de prequestionamento, os aclaratórios devem ser embasados em hipótese de omissão, contradição ou obscuridade, o que não se verifica no caso sub judice, pois os pontos relevantes para o deslinde da questão foram objeto de exame e de decisão através do acórdão vergastado.

**Unanimemente, rejeitaram-se os embargos declaratórios.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº 289104-7 em que figura como embargante Estado de Pernambuco e como embargado Romildo Alves de Souza,

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em rejeitar os declaratórios**, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este aresto.

Recife, 26/09/13

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

213

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO Nº 0103073-88.2010.8.17.0001 (0289104-7)**

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

EMBARGADO: Romildo Alves de Souza

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

**RELATÓRIO**

Trata-se de embargos de declaração opostos em face do acórdão proferido nos autos do Recurso de Agravo n. 289104-7 (autos em apenso), que por unanimidade, negou provimento ao recurso.

Em suas razões recursais, o embargante sustenta que a decisão colegiada é omissa, pois não restou debatida a violação ao princípio da separação dos poderes, a afronta aos arts. 5º e 196 da CF/88, decorrente da imposição de fornecimento individualizado de medicamento não disponibilizado pelo SUS e a incompatibilidade da multa diária fixada pelo magistrado de primeiro grau.

Outrossim, o embargante afirma que os presentes aclaratórios foram ofertados objetivando não só a correção das omissões apontadas, mas também com o objetivo de provocar o prequestionamento explícito das questões constitucionais ventiladas na causa.

Por fim, requer o embargante o acolhimento dos presentes embargos, com os efeitos daí decorrentes, com a especial finalidade de suprir as omissões apontadas e a exigência de prequestionamento explícito.

Em razão dos embargos declaratórios terem sido interpostos, com efeito, modificativo, o embargado foi intimado para manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, conforme descrito no despacho de fls.201. A parte embargada apresenta contra-razões (fls.206/208) requerendo a manutenção integral do acórdão embargado.

É o relatório.

**VOTO**

Analisando-se detidamente os autos, verifico que o acórdão hostilizado abordou toda a matéria nos limites em que foi posta em Juízo, destarte, não havendo qualquer obscuridade, contradição ou omissão no Julgado, devendo o *decisum* injuriado manter-se pelos seus próprios fundamentos jurídicos.

Em decisão terminativa de fls.148/450, mantida em todos os seus termos, no julgamento do Recurso de Agravo n.289104-7, esta Relatoria manifestou-se sobre todos os pontos suscitados, conforme o descrito a seguir:

"Em primeiro lugar, ressalto que, no caso *sub judice*, existem elementos fáticos e normativos que comprovam que a decisão agravada não representa grave lesão aos interesses da parte apelante. No caso em tela, existe evidente lesão à parte apelada, pois a não realização do procedimento de implante de Esfincter Urinário artificial AMS 800 prescrito pelo Urologista do HSE – Hospital dos Servidores do Estado (fls.34/37), pode causar danos irreversíveis ao recorrido.

Vale ressaltar que o apelado, possui 78 anos de idade, e nos termos do art. 2º do Estatuto do idoso (Lei nº 10.741/2003) necessita de proteção



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

---

especializada e diferenciada. Eis a redação do dispositivo: "Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a lei, assegurando-se-lhe, por lei ou outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade." Mesmo não constando no rol dos procedimentos cobertos pelo Plano de Saúde SASSEPE nada impede que seja fornecido ao cidadão necessitado o tratamento adequado para sua melhora, sendo pois dever do Ente Público e direito de todos a garantia à saúde e à vida, como exposto na Constituição Federal nos arts. 196 e 197.

Constatada a necessidade de realização do procedimento cirúrgico essencial a saúde do cidadão, como no caso em tela, cabe ao Estado prover as condições indispensáveis à plena efetivação da política nacional de assistência à saúde. Sobre a matéria, o Min. Celso de Melo concluiu que: "[...] a essencialidade do direito à saúde fez com que o legislador constituinte qualificasse como prestações de relevância pública as ações e serviços de saúde (CF, art.197)", legitimando a atuação do Poder Judiciário nas hipóteses em que a Administração Pública descumpra o mandamento constitucional em apreço. (AgR-RE N. 271.286-8/RS, Rel. Celso de Mello, DJ 12.09.2000)."

Ademais, pelo teor da peça recursal, vislumbra-se que os presentes aclaratórios pretendem, além de prequestionar alguns dispositivos legais, rediscutir a matéria decidida no acórdão combatido, no escopo de alterar o resultado do julgamento proferido no Recurso de Agravo n.289104-7.

Ora, os embargos declaratórios não constituem o meio idôneo a elucidar seqüência de indagações acerca de pontos de fato; e nem se prestam para ver reexaminada à matéria de mérito, ou tampouco para a aplicação de dispositivo legal ou ainda para obrigar o magistrado a renovar a fundamentação do decisório (RJTJ-RS 148/166).

Além disso, mesmo nos casos de prequestionamento, como na situação em tela, os aclaratórios devem ser embasados em hipótese de omissão, contradição ou obscuridade – o que não se verifica no caso *sub judice*, pois os pontos relevantes para o deslinde da questão foram objeto de exame e de decisão através do acórdão ora vergastado.

Em outros termos, o simples interesse em prequestionar não conduz a que se dispense a demonstração de existência de qualquer das causas que ensejam os embargos de declaração. Nesse diapasão, confira-se:

"Mesmo nos embargos de declaração com fim de prequestionamento, deve-se observar os lindes traçados no art. 535 do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material). Este recurso não é meio hábil ao reexame da causa". (STJ – 1ª Turma, REsp nº 13.843-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 06ABR92).

Ante todo o exposto, em razão da ausência dos pressupostos legais ensejadores dos embargos declaratórios, voto pelo **Improvemento** dos embargos.

Recife, 26/09/13

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior  
Relator